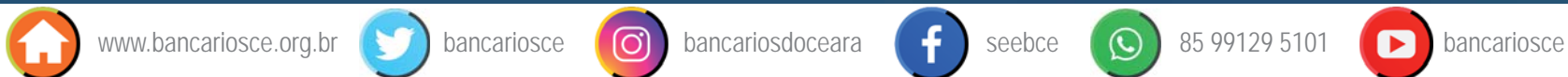


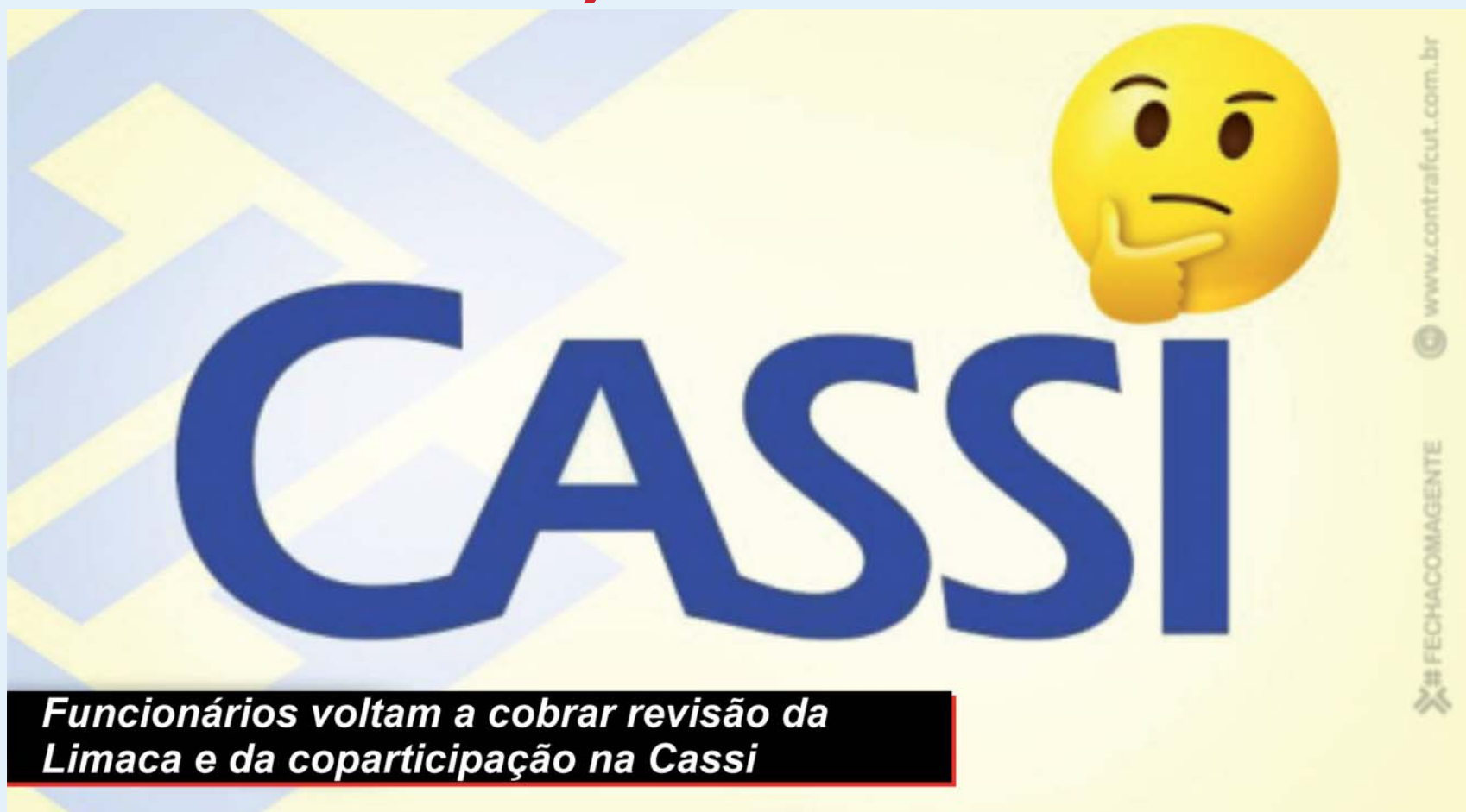


Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1659 | 5 A 10 DE ABRIL DE 2021



FUNCIONÁRIOS DO BB QUEREM MAIS INFORMAÇÕES SOBRE SITUAÇÃO DA CASSI



As entidades representativas querem ainda discutir a redução da co-participação e a ampliação da lista de medicamentos abonáveis (pág. 3)

Empregados da Caixa querem explicações sobre pagamento inferior da PLR Social (pág. 4)

BNB: Sindicato cobra agilidade na tramitação da ação da PLR 2012 (pág. 5)

FORTALECER AS EMPRESAS PÚBLICAS PARA O PAÍS SAIR DA CRISE

Os governos do golpista Michel Temer e de Bolsonaro se pautaram pelo discurso de que só o que é privado é bom, que os servidores são “vagueiros” (segundo afirmou o atual ministro da Economia, Paulo Guedes), e que as empresas públicas são deficitárias e devem ser vendidas, privatizadas.

Esse cenário era bem diferente durante os governos dos ex-presidentes Lula e Dilma, que investiram nas estatais e valorizaram o servidor público, utilizando essas empresas para fomentar o desenvolvimento nacional. Hoje, no governo Bolsonaro, utiliza-se uma postura contrária, com o intuito de propiciar um ambiente favorável junto à opinião pública para a venda dessas empresas.

Ao não investir nas empresas nem no serviço público, sucateando essas instituições fundamentais, o atendimento fica precário, e influenciadas pelo discurso de Bolsonaro/Guedes as pessoas acabam concluindo que o serviço público não presta e que é melhor mesmo ser vendido. Essa foi a tática usada durante o governo Fernando Henrique Cardoso para promover sua onda de privatizações: telefonia e Vale do Rio Doce são exemplos de empresas vendidas, cujo serviço ficou pior e mais caro, sem falar nas recentes tragédias humanas e ambientais causadas pela Vale em Mariana e Brumadinho.

Para desmitificar o discurso neoliberal da privatização, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), fez um estudo minucioso sobre as estatais, as empresas de economia mista e o conceito do que é público. Intitulado “uma visão panorâmica das empresas estatais federais e possibilidades de atuação no pós-pandemia”, os técnicos do Dieese falam como, neste momento de aguda crise sanitária e socioeconômica em escala global, as estatais podem, também, fazer parte de um esforço de recuperação e desenvolvimento nacional.

Segundo o estudo, diversos Estados nacionais vêm lançando pacotes bilionários de incentivo e apoio ao setor privado, e as estatais brasileiras podem – e devem – participar deste processo. A título de exemplo, tal contribuição pode se dar por meio da ampliação dos investimentos, induzindo, em consequência, investimentos privados; por meio da expansão do crédito pelos bancos públicos ao capital de giro e à ampliação da capacidade instalada; e, no caso das grandes empresas Petrobras e Eletrobras, por meio da liderança no país do processo de transição energética, já iniciado nos países desenvolvidos.

O estudo do Dieese afirma ainda que sem empresa pública a economia patina. É o caso do crédito bancário ofertado pelos bancos públicos, que promove a redução das desigualdades regionais; a energia hidroelétrica gerada pelas usinas controladas pelo Estado que, é base para a oferta desse serviço essencial; e a exploração da camada do pré-sal que deu uma contribuição inigualável ao avanço tecnológico do país.

Por isso, pelo bem e pelo desenvolvimento justo do nosso país, defenda o patrimônio público. Participe da campanha “Não Deixem Vender o Brasil” no site Na Pressão (<https://napressao.org.br/campanha/nao-deixem-vender-o-brasil>) e fortaleça a luta pelo patrimônio do povo brasileiro. As empresas públicas são do povo e devem existir para atuar em prol da sociedade. #EstamosNessaLutaComVocê.



Carlos Eduardo,
Presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101



[bancariosce](https://www.youtube.com/bancariosce)

Site: www.bancariosce.org.br – E-mail: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará
 Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho
 Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

ASSOCIADOS À CASSI QUEREM MAIS INFORMAÇÕES SOBRE SITUAÇÃO DO PLANO

Entidades que representam os funcionários do Banco do Brasil querem que a direção da Caixa de Assistência dos Funcionários (Cassi) apresente mais informações da sua situação e discutir a redução dos valores de coparticipação e a ampliação da lista de medicamentos abonáveis. Para tanto, vão marcar nova reunião para decidir as questões.

Na segunda-feira (29/3), representantes da Contraf-CUT e da AAFBB, ANABB e FAABB se reuniram com a diretoria da Cassi. A pauta era a cobrança de um compromisso feito em Mesa de Negociação entre a diretoria da Cassi e as entidades: retomar os índices de coparticipação praticados em 2018. Também seria discutida a ampliação da Lista de Materiais e Medicamentos Abonáveis da Cassi (Limaca).

“Continuamos o debate sobre a coparticipação e a Limaca. Não é algo simples e há resistência por parte dos diretores da Cassi. Mas estamos abertos ao debate, ao diálogo. No entanto, temos preocupação por conta que uma das entidades da mesa ainda está em processo eleitoral, que é a ANABB. Por isso é difícil ter um consenso e unidade nessa discussão. Houve algumas divergências entre as entidades, mas estamos colaborando para construir um consenso sobre o debate”, afirmou o coordenador nacional da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) e representante da Contraf-CUT na negociação, João Fukunaga.



DE OLHO NA LIMACA E CASSI
Funcionários voltam a cobrar revisão da Limaca e da coparticipação na Cassi

Os representantes das entidades manifestaram que para o debate continuar são necessárias mais informações sobre a operadora. “A Cassi não conseguiu apresentar respostas, principalmente sobre os cadastrados na Estratégia de Saúde da Família, como está sendo feita a ampliação, uma vez que isso consta na reforma estatutária da Cassi e defendida pelas entidades. Também a Cassi não traz números sobre quanto tem arrecadado a título de coparticipação, já que neste momento não dá para abrir mão de receita. Lembramos, no debate, que a coparticipação nunca deve ser tratada como receita, mas como forma de regular o atendimento, mas não de proibir ou coibir o atendimento, dado o elevado custo que isso acaba tendo. Do jeito que está, nos patamares de valores atuais, está elevado o custo para associados. Por isso que defendemos a volta dos patamares anteriores”, completou o coordenador da CEBB.

ESF – Os representantes das entidades dos funcionários lembraram que

a ampliação do modelo assistencial com quadro e estrutura própria é central para a sustentabilidade da Cassi. Os estudos realizados pela diretoria de saúde durante as negociações do superávit (2015-2018) comprovam que é possível ampliar a cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e os cuidados aos bancários da ativa e aos aposentados e pensionistas.

Também foi lembrado na reunião o abaixo-assinado apresentado à direção da Cassi e promovido por parte dos associados. O abaixo-assinado alerta o Conselho Deliberativo da Cassi e a Diretoria executiva para que a busca do equilíbrio a qualquer custo, fere o objetivo da lei e os direitos adquiridos e também pode matar pessoas. Pode ainda negligenciar tratamento que em uma relação de causa e efeito custará muito mais aos cofres da Cassi no futuro.

A Contraf-CUT e demais entidades dos associados da Cassi sempre se manifestaram contrárias ao aumento de coparticipação, bem como à revisão da listagem da Limaca. Nas mesas de negociações, as entidades sempre cobraram a questão dos elevados patamares da coparticipação. A Contraf-CUT e as entidades apontam que, no início de 2020, a Cassi excluiu da listagem da Limaca várias patologias severas, reduzindo em 70% a lista. Quanto a essa questão, a diretoria da Cassi se comprometeu a apresentar uma nova Limaca até maio.

CAIXA SE ENROLA AO TENTAR JUSTIFICAR PLR SOCIAL MENOR

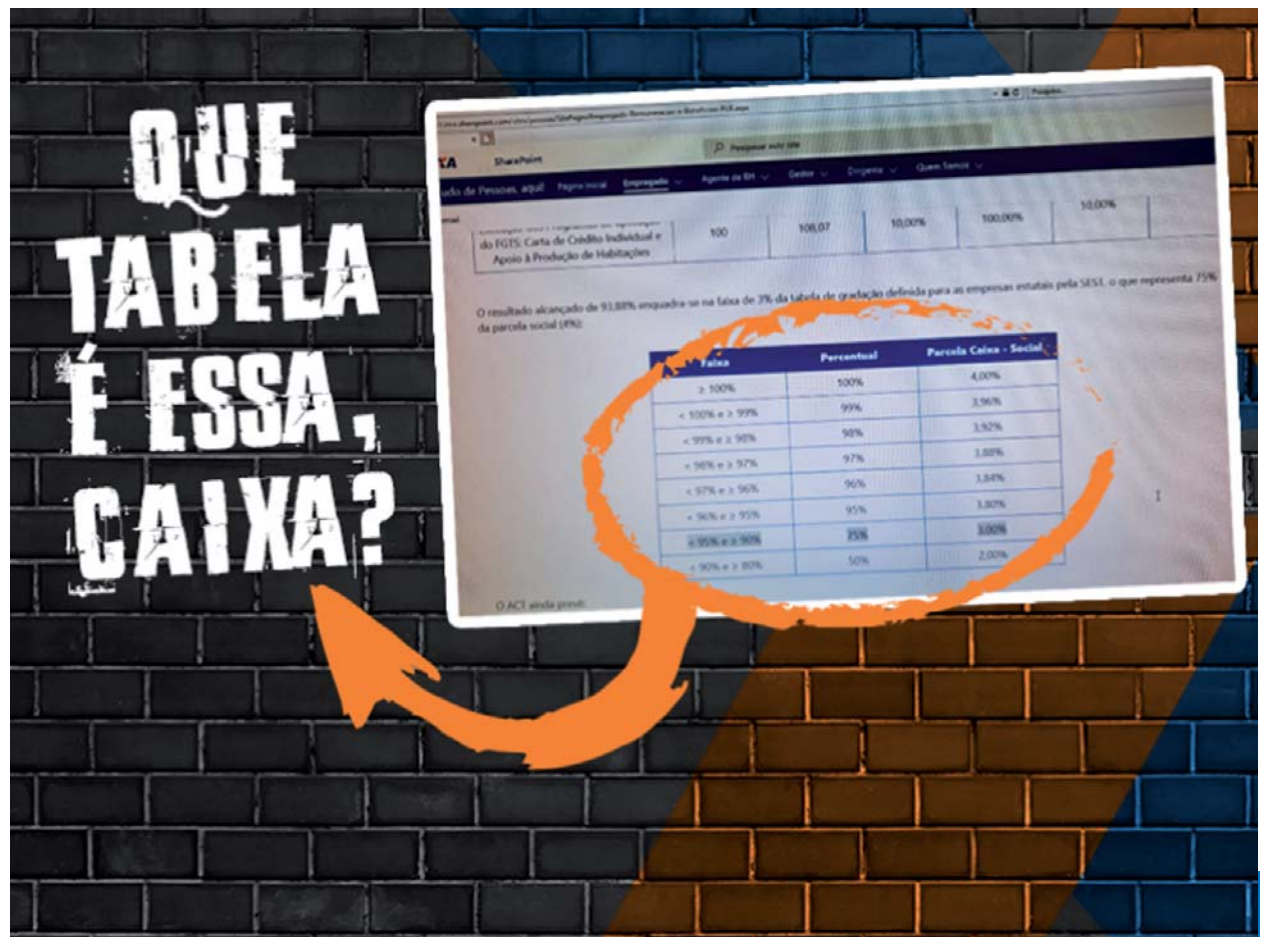
Os problemas com o pagamento da PLR de 2020 continuam. Ao realizar o crédito a Caixa, ao contrário dos anos anteriores, não publicou CE detalhando o cálculo. No holerite, a empresa também não discriminou as parcelas que compõem a PLR, como fez até ano passado. As entidades questionaram a falta de transparência do banco, cobraram esclarecimentos e solicitaram que o Dieese avaliasse o valor pago.

O Dieese identificou que a Caixa pagou a PLR Social com base na divisão linear entre todos os empregados de 3% do lucro líquido, e não de 4%, como determina o ACT. Na segunda-feira (29/3), o banco publicou em sua intranet uma tabela de indicadores dizendo que o banco não atingiu integralmente seus valores,

que haviam sido propostos em fevereiro de 2020, e que, desta forma, o pagamento da PLR Social teria que ser reduzido. De acordo com a Caixa, o pagamento da forma como foi feito, seria para atender a uma demanda da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

As metas desumanas aplicadas pela Caixa durante a pandemia foram usadas como desculpas. Segundo a direção do banco, os empregados não atingiram as metas em sua totalidade e isso justificaria a utilização do percentual de 3% ao invés de 4% na PLR Social. Na tabela apresentada pelo banco, houve itens em que a meta superou 100%, mas a Caixa travou a apuração em 100%. Com essa análise, resultou no índice total de 93,88% e indicando o pagamento em 3% do lucro.

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) explica que o texto do ACT é o mesmo de anos anteriores, e o que mudou foi a postura da empresa, neste que foi o primeiro ACT negociado no atual governo. "Considerando o momento vivenciados pelos colegas, que mais uma vez cumpriram o papel social do banco fazendo o atendimento à mais da metade da população em 2020. Mais do que nunca é um absurdo a empresa não efetuar o pagamento do quantitativo total da PLR Social. E vamos tomar todas as atitudes cabíveis para preservar este direito, duramente mantido na negociação", afirmou a coordenadora da CEE/Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt.



AÇÕES – Para ampliar a luta na defesa do cumprimento do acordo com o pagamento dos 4% da PLR Social para os empregados, a CEE está definindo um calendário de ações. Confira: terça-feira (6/4): tuitaço, às 14h. Em defesa das contratações. Quarta-feira (7/4): atos/manifestações nas unidades.

Anteriormente, a CEE/Caixa já havia solicitado ao banco a discriminação do pagamento da PLR Caixa, PLR Fenaban e PLR Fenaban 2 no contracheque dos empregados. O motivo foi o pagamento da PLR identificado no contracheque dos empregados em uma única rubrica, o que impedia a análise do valor, item a item.

BNB: SINDICATO PEDE À JUSTIÇA AGILIDADE NA TRAMITAÇÃO DA AÇÃO DA PLR 2012



“Sou testemunha do zelo e cuidado com que o advogado do Sindicato responsável pela ação vem conduzindo o processo.

No momento em que as atividades presenciais na Justiça estão quase que totalmente paralisadas fica mais difícil os contatos com a titular da Vara, não obstante os esforços despendidos pelo jurídico do SEEB/CE. Ademais, só há pouco mais de 10 dias o Supremo Tribunal Federal divulgou parcialmente sua posição acerca de questionamentos sobre correção e atualização de débitos

trabalhistas, essa indefinição deixou a atualização dos cálculos da ação em compasso de espera. Continuamos atentos, vencida essa etapa, no sentido de cobrar a agilidade da Vara na conclusão da atualização dos valores devidos pelo Banco, e consequente citação, a fim de que o processo siga em sua execução/liquidação”

Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará e funcionário do BNB

O Sindicato dos Bancários de Ceará tem feito contatos com a 4ª Vara da Justiça do Trabalho em Fortaleza pedindo maior celeridade na citação ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) dos valores devidos na ação da PLR de 2012.

O BNB já foi notificado sobre a negação de recurso feito contestando os cálculos apresentados pelo Sindicato, faltando agora ser citado para, se quiser, recorrer novamente discordando dos valores atualizados apresentados.

Para recorrer nessa fase terá que depositar na Justiça os valores por ele calculados a título de incontroverso, os quais terão suas liberações solicitadas pelo Sindicato para repasse aos beneficiários. A diferença continuaria sendo pleiteada na Justiça até o desfecho da liquidação do processo.

O Sindicato não pode abrir mão de buscar na integridade o direito dos trabalhadores mesmo entendendo as dificuldades que o atual momento impõe.

A diferença entre os cálculos do Banco e os do Sindicato, já com a concordância da Justiça, é duas vezes mais. Essa seria a dimensão da perda que os beneficiários teriam se aceitassem os valores calculados pelo BNB.

BANCÁRIOS FAZEM ABAIXO-ASSINADO POR PRIORIDADE NA VACINA

A categoria bancária está na luta para ser considerada um dos setores prioritários no Plano Nacional de Imunização (PNI) contra a covid 19. Várias entidades pressionam as autoridades federais e estaduais, além de um abaixo-assinado virtual que cobra a inclusão da categoria no grupo prioritário para a imunização.

A atividade bancária é considerada essencial nos termos do Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020, alterado pelo Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020. A reivindicação é tanto mais atual diante das agências bancárias com aglomeração de pessoas e filas nos autoatendimentos, bem como nos serviços de caixa e



áreas de gerência e negócios.

“Têm muitos bancários que estão sendo contaminados com a covid. Portanto, como temos uma atividade essencial, temos que estar nas prioridades da vacina”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira.

A Contraf-CUT, enviou ofício ao Ministério da Saúde, solicitando a inclu-

são da categoria no Plano Nacional de Imunização contra o coronavírus.

ABAIXO-ASSINADO – Está acontecendo virtualmente um abaixo-assinado que cobra a inclusão da categoria bancária no grupo prioritário para a imunização. A adesão é feita pela plataforma Avaaz (para assinar, acesse: <https://bit.ly/3rHi4jc>).

Além do abaixo-assinado virtual, as entidades sindicais da categoria também pressionam os governos para que viabilizem a vacinação o mais rápido possível. O Sindicato dos Bancários do Ceará já enviou ofício para o Governo do Estado, para a Assembleia Legislativa do Ceará e para a Secretaria Estadual de Saúde solicitando a prioridade dos bancários no plano estadual de vacinação.

SINDICATOS COBRAM E SANTANDER ANUNCIA NOVAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO À COVID-19

Desde o início da segunda onda da pandemia que os sindicatos de bancários vêm pressionando o Santander para adotar medidas de proteção aos funcionários do banco.

Diante da pressão das entidades o banco adotou algumas medidas, tais como o fechamento temporário de unidades nas próximas duas semanas e a redução do horário de atendimento ao público que será agora até às 14h. O Santander também se comprometeu a orientar os clientes, enviando comunicação específica para que privilegiem o uso de canais digitais. As equipes das unidades temporariamente fechadas poderão ser direcionadas para ajudar no atendimento aos clientes de forma remota.



“Além dessas medidas, é muito importante que o Santander cumpra, para as agências que permanecem abertas, os protocolos de prevenção e proteção contra a Covid 19, para que os bancários possam trabalhar com um pouco mais de tranquilidade”, destacou o secretário de Saúde do Sindicato e funcionário do Santander, Eugênio Silva.

Estarão fechadas no Ceará as seguintes unidades: Praça Portugal, Praça do Ferreira, PAB da Universidade Federal do Ceará (UFC), Av. Desembargador Moreira, URB Dom Pedro I, URB Virgílio Távora, PA Shopping Benfica, Instituto do Câncer do Ceará (ICC), PAB UFC Saúde, PAB UFC Reitoria e PAB Santa Casa de Misericórdia.

“A pressão das entidades foi fundamental para que o Santander adotasse as medidas, atendendo nossas reivindicações, para que os funcionários do Santander sintam-se amenizados com as pressões em seu local de trabalho em decorrência do atendimento durante a pandemia”, finaliza Aílson Duarte, diretor do Sindicato e da Fetrafi/NE.

8 DE MARÇO: SINDICATO ENTREGA CESTAS BÁSICAS AO MOVIMENTO SOCIAL DE MULHERES NO CEARÁ

Na terça-feira, dia 30/3, o Sindicato dos Bancários do Ceará realizou a entrega de 50 cestas básicas relativas ao movimento do 8 de Março (Dia Internacional da Mulher) no Estado. Serão beneficiadas cinco entidades do movimento social de mulheres. São elas: Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Central de Movimentos Populares (CMP), Núcleo Popular, Kizomba e Fórum Cearense de Mulheres. Participaram da entrega das cestas a secretária de Igualdade e Diversidade do Sindicato, Francileuda do Nascimento, além dos diretores Alex Citó e Marlúcia Lima. As cestas básicas serão distribuídas em comunidades carentes pelas referidas entidades com nossos votos de dias melhores num futuro próximo.



SINDICATO SORTEIA PRÊMIOS DA CAMPANHA MARÇO DAS MULHERES

O Sindicato dos Bancários do Ceará realizou na segunda-feira, dia 5 de abril, os sorteios referentes ao Março das Mulheres.

Durante todo o mês de março, a entidade promoveu, através da Secretaria da Igualdade e Diversidade, uma campanha virtual para debater temas importantes referentes ao Dia Internacional da Mulher, comemorado dia 8 de Março.

A cada semana, um vídeo diferente trazia temas como vacina para todos, violência contra as mulheres, valorização das entidades de classe, conscientização política e direitos à licença maternidade/paternidade. Os associados que fizeram comentários sobre cada vídeo da semana concorreram a prêmios.

“Gostaríamos de agradecer a todas e todos que participaram do nosso Março das Mulheres. Essa foi uma forma segura que encontramos para debater temas importantes referente à luta das mulheres em tempos de pandemia. Quanto às sorteadas, entraremos em contato em breve para agendarmos a entrega dos prêmios”, destacou a secretária de Igualdade e Diversidade, Francileuda do Nascimento.



CONFIRA OS SORTEADOS:

1ª semana – 01 Kindle 8G:

Maria Valdecleide Magalhães Apolonio – Bradesco

2ª semana – 01 fone bluetooth:

Maria de Fátima Rocha Olivindo – CEF

3ª semana – 01 escova elétrica Polishop:

Verginia Aparecida Milanese – CEF

4ª semana – 01 relógio digital feminino:

Ana Paula da Silva Boriz – BB

5ª semana – 01 celular Motorola 128Gb:

Bernadeth de Lourdes Patrício – Bradesco

BANCÁRIOS APROVAM BALANÇO FINANCEIRO DO SINDICATO

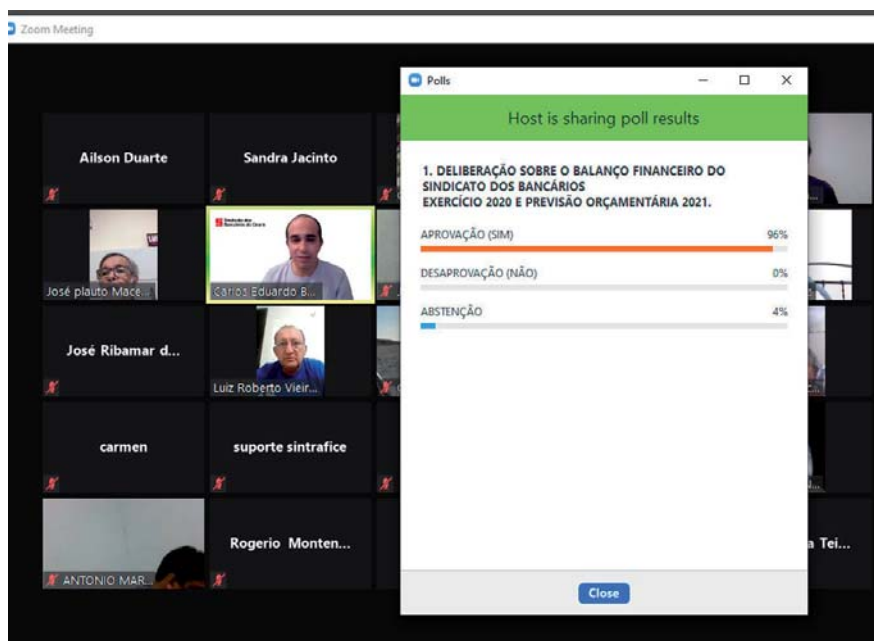
O Sindicato realizou na terça-feira, dia 30 de março, assembleia virtual para avaliar o balanço financeiro da entidade do exercício 2020 e a previsão orçamentária para 2021. As contas foram aprovadas por unanimidade após exposição do contador Bosco Cardoso.

O diretor do Sindicato, Marcos Saraiva, destacou que 2020 foi um ano de muitos desafios e que há alguns anos o movimento sindical vem enfrentando ataques do governo federal. “Entretanto, é importante destacar a responsabilidade e a transparência e o esforço da direção do Sindicato para manter a saúde financeira da entidade”, disse.

“O ano de 2020 teve o impacto da Covid-19 em nosso balanço. Até março tivemos uma movimentação normal, mas depois ficamos oscilando nas atividades, por conta da pandemia. Tivemos investimentos importantes como aquisição de máscaras para distribuição, campanhas de mídia para conscientização dos bancários e da população, mudanças de estratégias de comunicação, para mantermos nossa ação sindical mesmo com a pandemia. Tivemos também uma Campanha Salarial atípica, onde focamos nos

canais digitais para informar, mobilizar e negociar com os banqueiros, sendo um período de muitos desafios para todos nós. Além disso, a Campanha de Sindicalização também foi importante para o reforço de nossas ações junto à categoria”, destacou o secretário de Imprensa do Sindicato, José Eduardo Marinho.

Já o diretor Clécio Morse enfatizou que desde o governo Temer, as entidades sindicais vêm sofrendo ataques sucessivos para minar a sua atuação, porque são elas que se opõem às políticas prejudiciais à classe trabalhadora. “Diante disso, o Sindicato teve de fazer algumas readequações para mantermos a nossa atuação de defesa da categoria e a saúde financeira da nossa entidade”, reforçou.



“Os ataques do governo Bolsonaro foram enormes, pois ele tentou até acabar com a receita social dos sindicatos. Foi uma grande luta para manter nossas atividades. É uma pauta de grandes desafios que estamos enfrentando com ataques, inclusive, à democracia para podermos garantir os direitos da classe trabalhadora. Seguiremos, com responsabilidade, transparência e muita disposição de luta”, concluiu o presidente do Sindicato, Carlos Eduardo.

Pfizer para adolescentes

A vacina contra a covid-19 desenvolvida pela Pfizer e a BioNTech se mostrou 100% eficaz em jovens com idades entre 12 e 15 anos. Os testes demonstraram ainda que os voluntários tiveram uma grande resposta na produção de anticorpos. Com o resultado, a farmacêutica informou que vai entrar com pedido de uso emergencial nos Estados Unidos para esse grupo. A vacina da Pfizer já está autorizada para uso a partir dos 16 anos. O novo estudo oferece a primeira evidência de como a vacina também funcionará em adolescentes em idade escolar. A farmacêutica já começou um estudo com crianças de 6 meses a 11 anos.

OMS descarta ivermectina

A OMS (Organização Mundial da Saúde) recomendou que “não se utilize a ivermectina” para os pacientes de covid-19, salvo nos ensaios clínicos. A ivermectina é um medicamento antiparasitário de uso comum que tem sido bastante promovido nas redes sociais, mas que, segundo o grupo de especialistas da OMS, os dados dos estudos clínicos para medir sua eficácia contra a covid-19 não deram resultados conclusivos.

UTI's lotadas

A Fiocruz alertou para um quadro “extremamente crítico” no país. Edição extraordinária do Boletim do Observatório Covid-19, publicada dia 30/3, aponta que 17 estados e o Distrito Federal têm taxa de ocupação acima de 90% em UTIs na rede SUS. Alguns estados, como Amapá e Mato Grosso do Sul, já apresentam 100% de ocupação e não têm mais leitos de UTI para novos pacientes. O Ceará aparece no estudo com ocupação de 94%. No boletim, os pesquisadores voltaram a defender medidas de restrição e até mesmo um lockdown para reduzir os números de novas infecções e a pressão sobre o sistema de saúde, além da disponibilização de novos leitos de internação.